
Identidade nacional, ensino de História e as diretrizes para as relações étnico-raciais: “O melhor do Brasil ‘ainda’ é o brasileiro?”

*Cássia Rita Louro Palha**

Resumo: O presente artigo aborda as disputas simbólicas atuais em torno da identidade nacional e da identidade negra no País e suas interfaces com o ensino da História. O foco do trabalho, além de contemplar as midiáticas propagandas de nossa “brasilidade”, veiculadas pela Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), em parceria com o governo federal, busca analisar o tensionamento das identidades em questão, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2004.

Palavras-chave: ensino de História, identidades, diretrizes curriculares.

Abstract: This article analyses the present-day symbolic disputes around the national identity and the Negro identity in Brazil and their interfaces with the teaching of History. The focus of this study, as well as contemplating how our Brazilian identity is depicted by the media through the ABA (The Brazilian Advertisers Association) in partnership with the federal government, seeks to analyse the tension between these identities in question in relation to the National Curricula Directives for Education in Ethnic-racial Relations and for the teaching of History and the Afro-Brazilian and African culture, as approved by the National Council of Education in 2004.

Key words: the teaching of History, identities, curricula directives.

Eis que, ao ligar a televisão, somos acometidos por uma midiática certeza: “O melhor do Brasil é o brasileiro!” A frase, inspirada na obra de Câmara Cascudo, faz parte do *slogan* da campanha publicitária da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), que, em parceria com o governo federal e com os principais grupos da área de mídia do País, uniram-se

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense. *E-mail:* cassialouro@ig.com.br

em “bases absolutamente voluntárias”, tendo, segundo eles, como objetivo, “resgatar os níveis de auto-estima do brasileiro, que está em baixa, e, nesse empuxo, aumentar seu patamar histórico”. (<http://www.aba.com.br>, 2004).

Assistindo à veiculação de propagandas em 2004 e neste ano, com figuras como Ronaldinho e Herbert Vianna, e sob a “forte carga emocional” da trilha musical de “Tente outra vez” (Raul Seixas, Paulo Coelho e Marcelo Motta), é impossível não pensar no contexto em que hoje as identidades, e em específico a identidade nacional, estão sendo “(re) construídas”.

Se nos fins do século XIX, a mistura do positivismo de Comte, do evolucionismo de Spencer e do darwinismo social, no caldeirão da *intelligentsia* brasileira, ajudaram a pensar a nossa mestiçagem como um “problema” a ser digerido sob um leque de explicações biológicas e naturais deterministas, hoje a construção em torno da identidade nacional é bem outra. A idéia de *brasileiro*, para além do “caldeirão” de antes, parece “fritar” sob interrogações que vão das verticalizações do *local* à amplitude do poder da globalização, da proliferação das identidades culturais à crise do Estado-nação, da *crise dos paradigmas* a um suposto mundo-mosaico pós-moderno.

Diante dessas tensões que por si não dão conta de sequer apontar a pluralidade dos debates atuais em torno das identidades, a baixa auto-estima do brasileiro, veiculada pela ABA, parece-nos (no mínimo) encobridora de uma emblemática política cultural bem mais ampla do que a recuperação do joelho de um jogador de futebol, o qual, ganhando milhões de dólares por ano, com certeza, é um “brasileiro que não desiste nunca”..., e nem poderia!

A questão da *identidade* é, além de complexa, pouco consensual em suas matizes dentro das ciências humanas e sociais. Afinal, ela faz parte de um caleidoscópio de situações que dizem respeito, tanto ao pertencimento a um determinado grupo, comunidade ou nação, que em âmbito geral insere o *eu* no *todo*, quanto, em contrapartida, molda a forma como nos constituímos, como nos apresentamos e nos interpretamos como indivíduos, seja perante os outros, seja perante nós mesmos.

O processo de produção da identidade oscila fundamentalmente entre os *essencialistas*, que entendem a identidade a partir de uma categoria inata aos indivíduos e às coletividades, o que implica uma integridade /fixação desta, e os que a vêem como um *construto social*, ou seja, uma criação, a partir dos papéis e dos materiais sociais disponíveis. Es-

ses, por mudarem ao longo dos tempos, tendem a subverter, desestabilizar a própria identidade, percebendo-a como em constante processo de mudança.

No que se refere à identidade nacional, é muito claro, tanto o seu *núcleo duro*, ou seja, as características que tendem a fixá-la e, conseqüentemente, a torná-la um eixo de resgate e continuidade em relação ao passado, quanto à flexibilidade e mobilidade que adquiriu nos complexos sistemas culturais que hoje nos rodeiam.

Benedict Anderson (1989), quando estrutura o conceito de identidade nacional, como *comunidades imaginadas*, resgata a importância da criação de laços imaginários que permitem “ligar” as pessoas em torno de um sentimento, ou melhor, de um pertencimento nacional. Esse pertencimento toma forma a partir de um conjunto de narrativas/projetos sobre a nação, com seus heróis, mitos fundadores, ritos cívicos, suas perdas, seus triunfos, no estereótipo singular de seu povo, enfim, na “invenção” de suas tradições. (HOBBSAWN, 1997). Têm-se, assim, a construção de uma *origem* que dá sentido à nossa existência, conectando nossa vida a um destino nacional que nos é preexistente e que continuará após a nossa morte, uma vez que são elementos essenciais ao imaginário nacional, permanecendo imutáveis, apesar das vicissitudes da história. (HALL, 1999, p. 52-53).

Esses elementos que tendem a fixar a identidade nacional não são, portanto, “coisas com as quais nascemos”, mas formadas e transformadas no interior das construções simbólicas. Construções que nos mostram o quanto essas identidades fazem parte de uma complexa rede de disputas/negociações de atores e grupos por uma certa afirmação de hegemonia. Nesse sentido, a identidade nacional pode ser entendida como um *poder simbólico*, que, na concepção de Bourdieu, corresponde a “instrumentos por excelência de integração social – enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social”. (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Por outro lado, essas construções, ou ainda, a rede simbólica constitutiva do *nacional*, tem passado nas últimas décadas por transformações significativas, que refletem, tanto os caminhos estruturais e institucionais da atual fase do capitalismo, quanto a própria consolidação de um modelo cultural baseado na ampla rede dos meios de comunicação de massas, o que têm levado a uma pretensa flexibilização/fragmentação dessa identidade nacional, como elemento de integração social. Segundo Stuart Hall, trata-se da grande nuvem globalizadora do

político e do econômico que atinge o indivíduo, que, imerso em um grande “supermercado cultural” de estilos, lugares, tempos, informações e imagens dos quatro cantos do planeta, fica cada vez mais desalojado de suas raízes/tradições específicas. (HALL, 1999, p. 75).

Some-se ainda, nesse sentido, a enfática redução do papel do Estado-Nação. Ou seja, há uma tendência crescente no descentramento das obrigações sociais do Estado que, associada à questão dos direitos políticos dos indivíduos – cada vez mais distantes de um modelo representativo que efetivamente possa lhes “dar voz”, principalmente no que se refere às relações de cunho internacional – tem provocado um *deslocamento progressivo da nação, como base em uma identidade coletiva*. (CARVALHO, 2002, p. 225).¹

Além disso, é singular para nós o papel dos novos atores sociais que emergiram no mundo, nas últimas décadas do século XX, e em específico, no Brasil, no processo de abertura política, que ajudou de certa forma a corroborar com esse descentramento do nacional, uma vez que configuraram-se como identidades, principalmente dentro das especificidades que os distinguiam uns dos outros. Ou seja, na luta por afirmações baseadas na diferença desses sujeitos coletivos, perdeu-se muito do lastro capaz de cimentar o terreno de uma identidade nacional, ou ainda de questões que poderiam unir a pluralidade desses discursos sob um viés comum, dentro do sentimento de *pertença* de que nos fala Anderson.

A brasilidade mestiça: entre o multicultural e o multirracial

Esse sectarismo fica ainda mais latente quando se enfoca a nacionalidade brasileira, entendida como definição de identidade racial.² Antônio Sérgio Guimarães (2002, p. 124), reafirmando DaMatta (1984), mostra que, há até bem pouco tempo, tínhamos a construção da nacionalidade calcada em três pólos raciais – o branco, o negro e o índio. Caminhava sob um distanciamento cuidadoso em relação a cada um desses elementos, sem perder contudo suas referências em direção a uma definição de mestiçagem singular.

Sem deixar de explorar as especificidades do preconceito racial no Brasil, DaMatta enfatiza essa mestiçagem singular, como o valor “positivo do mulatismo e, sobretudo, da capacidade brasileira de recuperar e trabalhar o ambíguo como dado positivo [...], como sendo, no fundo,

uma síntese perfeita do melhor que pode existir no negro, no branco e no índio”. (DaMATTA, 1984, p. 40).

Segundo Guimarães, é exatamente esse modelo de mestiçagem que está mudando e colocando mesmo em xeque a forma de nos definirmos racialmente, a partir de novas definições/tensões de cada um desses elementos constitutivos. Assim, o branco de classe média dos grandes centros, ora cria uma xenofobia racial regionalizada, ora se envereda pela possibilidade de uma nova identidade nos EUA ou na Europa, enquanto os índios recriam sua tribo de origem, ao passo que os negros oscilam entre uma visão dos EUA como a Meca afro-americana e a busca de sua ascendência em uma África imaginária. Apesar de admitir não serem essas as representações de uma tendência popular, o autor coloca que elas, ainda assim, demarcam muito bem o contorno de sua ideologia, além de estarem ganhando cada vez mais respaldo junto à intelectualidades nacional e internacional, que já parecem ter mudado a visão do Brasil, de nação mestiça para uma nação multirracial. (GUIMARÃES, 2002, p. 124).

Não é preciso, aqui, nos prolongarmos nas diferenças simbólicas óbvias que separam o que é mestiço do que é multirracial e, deste último, com a identidade nacional.

O mestiço evoca a *ambigüidade* de que DaMatta (1984) nos fala, entendida aqui como um dado positivo, como parte da expressão dos *encontros* e *desencontros* construídos na relação entre esses três elementos, ao longo de um processo histórico marcado por diferenças que não se limitam às *marcas* étnicas, mas que falam de conflitos e desigualdades de todas as ordens. O preconceito a essa ambigüidade pode ser visto inclusive na etimologia da palavra *mulato*, que, proveniente de *mulo*, evoca um animal ambíguo e híbrido por natureza, sendo incapaz de reproduzir-se, uma vez que é o resultado do cruzamento entre tipos genéticos altamente diferenciados. (DaMATTA, 1984, p. 39).

Segundo DaMatta (1984), um dos pontos nodais do preconceito ao mestiço é esse sentido de *relação* que ele evoca. O negativo, em sociedades teoricamente mais *igualitárias* e liberais, como os EUA, é exatamente a possibilidade de *intermediações* entre grupos sociais distintos. A verticalização exacerbada no indivíduo faz do próprio sujeito o centro e a razão de ser da sociedade, renegando outras possibilidades de *relação* entre os grupos, uma relação que passa a ser vista como algo pejorativo e até mesmo imoral.

Ora, o mestiço é exatamente aquele que se coloca *entre* coisas e pessoas providas de uma distinção definida, ou ainda, aquele que se apresenta como fruto dessas relações, ou seja, sua condição demarca o apogeu da intimidade possível entre *diferentes*, que é o próprio contato sexual. No Brasil colônia, nada mais emblemático dessa possível subversão da ordem estabelecida do que a proposição freyriana de estar *entre* a casa grande e a senzala.

A situação do mestiço, atualmente no País, encontra-se na encruzilhada desses tensionamentos identitários de que nos fala Guimarães. Se, por um lado, o distanciamento cuidadoso dos três elementos fundadores, ou seja, sem negar-lhes o referencial, deu ao País a caracterização de mestiço, a atual tendência de afirmações identitárias tende a, cada vez mais, relegar ao pardo (como é definido o mestiço pelo censo) um não-lugar. Na busca por suas *origens* e especificidades, esses elementos parecem perder por entre os dedos as suas próprias trajetórias de vida dentro da história do País.

Já o conceito de multirracial consegue dar conta muito bem do sectarismo pasteurizante desses elementos, que, totalizados em si mesmos, voltam-se para aquilo que cimenta as suas diferenças. O discurso multirracial quase sempre é evocado em sua dobradinha com o multiculturalismo. Os dois tornaram-se a grande apoteose dos discursos e documentos oficiais nas áreas de cultura e educação do País. Nas festividades dos 500 anos, por exemplo, ficou patente, no discurso oficial da presidência, a exaltação de um povo exótico, festeiro, religioso, “multirracial” e “multicultural”, capaz de, segundo FHC, inserir-se ao mundo globalizado com um certo “passaporte”: o da tolerância:

Somos talvez a maior nação *multirracial e multicultural* do mundo ocidental, senão em número de habitantes, na *capacidade integradora da civilização que fundamos*. E essa identidade dá-nos a base para a entrada no novo milênio, o da civilização globalizada, *nos distingue pelos valores da tolerância*, permite que reflitamos, a partir dela, o quanto conseguimos caminhar nesses 500 anos. (apud COGO, 2002, p. 6, grifo nosso).

Dentro dessa mesma perspectiva, Magalhães (2003), ao analisar o discurso sobre a “cidadania” nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, destaca que, na incorporação dessa matriz norte-americana do multiculturalismo, a sociedade é entendida como uma rede instável de

posições individuais, de grupos sociais heterogêneos. Em contrapartida, o Estado representa o elemento capaz de preservar a manutenção dessas diferenças, em prol da liberdade, ou ainda – citando Charles Taylor, um dos principais formuladores do multiculturalismo – “se apresenta como aquele capaz de assegurar uma política de reconhecimento da dignidade dos grupos subalternos”. (Apud MAGALHÃES, 2003, p. 179). Diante dessa “dignidade subalterna”, não é de se estranhar que o legado do Brasil para o mundo seja, segundo FHC, o da tolerância.

Discursos como esse podem ser vistos nitidamente nas diversas instâncias sociais, até mesmo em uma campanha que, como a da ABA, tenta resgatar a suposta “auto-estima perdida do brasileiro”. Em um dos trechos do seu projeto, fica clara a dimensão individualista que se quer dar ao brasileiro, ou parafraseando o sociólogo latino Néstor Canclini (1999), ao “cidadão-consumidor”:³ Para Canclini, “vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente se configuram no consumo, dependem daquilo que se possui ou daquilo que se pode chegar a possuir”. In: CANCLINI, Néstor.

Consumidores e cidadãos:

conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999. p. 39. Apesar de o posicionamento de Canclini ser adverso à lógica neoliberal, a atribuição dada por esse ao consumo, como parâmetro identitário, gera, em última análise, o risco de uma abordagem voltada para um excesso de sentidos no ato de se consumir, além de uma certa convergência com as máximas da soberania do consumidor e do livre-mercado, restringindo ainda a concepção de cidadania à arena do consumo. Uma análise crítica desse autor, bem como da chamada Escola dos Estudos Culturais, pode ser conferida em ESCOSTEGUY, Ana. Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

“Eu sou brasileiro e não desisto nunca”, inicia na prática o movimento pró-auto-estima de nossa população, seguindo a perspectiva de que o primeiro passo nesse esforço é o de conscientizar, despertar e incentivar o sentimento de orgulho e satisfação nas pessoas, a *respeito de suas próprias realizações e potencialidades, bem como destacar o efeito de suas atitudes e ações para a auto-realização individual e para o futuro do Brasil.* ([http:// www.aba.com.br.](http://www.aba.com.br), 2004, grifo nosso).

O texto mostra claramente que o futuro do País se faz na dimensão do individual, que é a única via de acesso para se obter a satisfação e o orgulho. Esses últimos, antes resgatados como elos de um sentimento de pertença, de comunidade, e agora também ressignificados na dimensão do individual. Se na mídia esse discurso tende a ficar mais envolvente, para não dizer espetacular, na educação *strito sensu*, a tendência não é nem menos sutil nem menos socializadora, uma vez que se encontra como central dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Voltando à questão inicial do brasileiro em sua relação com a formação étnico-racial, a intenção que se segue é a de perceber onde e de que forma se encontra a identidade nacional, em meio a essas questões colocadas anteriormente, nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em março de 2004.

Relações étnico-raciais, ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar o imenso passo dado pela sociedade civil e, em especial, pelas diversas instâncias provenientes dos *movimentos negros*, pela conquista da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino do País.

Em segundo lugar, entende-se que a forma como o negro e sua história são construídos, em momentos de ocupação efetiva de espaço na construção simbólica oficial, pode nos mostrar de forma singular os avanços e as limitações próprias dos embates travados no terreno político-cultural do País. Nesse caso específico, interessa a relação estabelecida entre a identidade negra e a identidade nacional. No que voltamos com

a pergunta inicial: “O melhor do Brasil, ‘ainda’ é o brasileiro?” E na seqüência: Onde e de que forma se encontra o negro dentro do perfil da identidade nacional? Começa-se pela última questão.

Em todo o documento, fica explícita a iniciativa da implantação desses conteúdos, como *reparação* ou *ressarcimento* aos “descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista”. (MEC, Parecer CNE/CP 003/2004, p. 3). Apesar de admitir que a escola sozinha não tem como dar conta de um ressarcimento de tal envergadura, e, assim, conclamar a sociedade civil para tal investida, o texto insiste em metas baseadas na política de ações afirmativas, que no todo dão a falsa aparência de resolução efetiva dos problemas colocados.

Para além de uma discussão ampla, que aqui poderia se abrir sobre esse tipo de política, ressalta-se apenas o ranço paternalista que tal direcionamento ainda parece comportar. Ao se pensar na construção da identidade nacional, o resgate de um dos seus elementos fundadores, sob o viés da *reparação*, traz no mínimo um mal-estar do *devedor* em relação ao seu outro. Ao ser *reparado*, o negro se torna recebedor de uma benevolência, ou seja, não consegue sair de sua posição subserviente.

Uma subserviência que, em alguns momentos do documento, corrobora com uma enorme naturalização da visão de cultura e de grupo. Ao trabalhar com o emprego da expressão étnico-racial, por exemplo, coloca-se que essa

serve para marcar que essas relações tensas devidas a *diferenças de cor da pele e traços fisionômicos são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana*, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática [...]. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática. (MEC, 2004, p. 5, grifo nosso).

Ora, em primeiro lugar, as tensões entre os grupos não podem ser restringidas a diferenças de *marca* étnica e, se ainda assim, for considerada isoladamente nessa questão, o fato de estar associada a uma “raiz cultural plantada na ancestralidade africana”, em nada nos ajuda a pensar sobre a valorização de brancos em detrimento dos demais na sociedade.

de brasileira, como ainda sugere o próprio texto. Se a diversidade biológica é um produto da natureza, o mesmo não se pode dizer da diversidade cultural, que nunca será um ponto de origem, mas o ponto final de um processo histórico conduzido por operações de diferenciação. Segundo Tomaz Tadeu, uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença, e nesse sentido, nada mais emblemático do que a diretriz em questão, tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade com a diferença. “Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las.” (SILVA, 2000, p. 100).

Essa visão restrita e naturalizada de cultura ajuda a “pasteurizar” um processo que é histórico, e que, como tal, envolve a trajetória desses sujeitos, seja com suas comunidades de origem, seja no Brasil: uma trajetória que está muito além de características inatas aos integrantes de um determinado grupo, mas que fazem parte de fenômenos políticos, econômicos, sociais, culturais.

Quando falamos na importância de o ensino de História contemplar a trajetória dos negros na África e dentro do Brasil, estamos dimensionando o resgate não de sujeitos passivos e simplesmente vitimados por um destino cruel, mas dando a esses sujeitos seu envolvimento efetivo em um processo histórico gerador e aprofundador de desigualdades. Contudo, a visão ainda maniqueísta que acaba dividindo e reafirmando as diferenças entre colonizador e colonizado, branco e negro, explorador e vítima, parece ainda perdurar.

Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários e semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados. (MEC, 2004, p. 5).

Para além do estreitamento dos negros como apenas bens “semoventes e utilitários” e do atual “temor velado da revanche” dos injustiçados, o que mais nos incomoda é que, além do documento ter um objetivo explícito de valorização da identidade negra, acaba no todo sempre por reafirmar uma diferença tocada por esse tipo de bipolarização simplista. Ficaram ausentes, nessa direção, a pluralidade das próprias identidades negras, suas trajetórias e a rede de suas relações com os *outros*, presentes nos diversos meandros da formação social do País.

E, na ausência da historicidade desses sujeitos e de suas relações, coube ao mestiço um papel apenas figurativo. A única menção, ainda que não explícita à questão do mestiço, diz que é preciso orientar os nossos educandos para “a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a *recriação* das identidades, provocadas por relações étnico-raciais”. (MEC, 2004, p. 7). Novamente, o caráter *biologizante* encerra a questão, como se o simples ato sexual entre *diferentes* fosse suficiente para explicar a mestiçagem ou ainda o que foi chamado “recriação de identidades”.

Nessa “recriação de identidades”, as diretrizes caminharam para uma política afirmativa da diversidade e do reconhecimento dos grupos que compõem a nação, algo mesmo enfático em todo o documento. Contudo, se por um lado, essa visibilidade representativa é importante para esses sujeitos, por outro, ela ajuda a corroer laços que poderiam ser compartilhados coletivamente. Gontijo (2004, p. 71), ao analisar a identidade nacional nos PCNs de História, chega à mesma conclusão aqui colocada, destacando que os referenciais de nacionalidade passaram de “uma ‘comunidade imaginada’ como sendo fundada pelo ‘mito da democracia racial’, para uma ‘comunidade imaginada’ a partir do convívio com grupos diferentes, onde o limite de resgate de suas fronteiras encontra-se na própria recuperação das características de cada grupo”.

Ora, pensarmos pedagogicamente a formação de identidade é reportar-se ao fato de que ela se faz a partir do conhecimento de uma totalidade capaz de permitir a definição e a *relação* com o diferente, ou seja:

Por oposição entre o particular e o universal, entre o individual e o coletivo, entre o nacional e o internacional, entre o estável e o dinâmico, *através do movimento entre estas polaridades dialéticas, que não se excluem, mas se articulam, produzindo sínteses que se diferenciam a partir das condições que estão historicamente dadas*. Em outras palavras, a identidade não se constrói por exclusão daquilo que é universal ou diferente, mas por incorporação e superação através de sínteses qualitativamente superiores. (KUENZER, 1999, p. 9, grifo nosso).

Kuenzer coloca assim as múltiplas faces da *relação*, entendida como construção histórica, no centro da formação das identidades. Algo fundamental, tanto para pensarmos nos laços coletivos comuns aos dife-

rentes grupos quanto para evitarmos o isolamento de identidades de seu contexto mais amplo. É isso implica uma ressignificação não só da participação do negro na *comunidade imaginada*, mas como movimento social na arena específica das relações de poder dentro da sociedade.

A identidade nacional, aqui entendida, representa um conjunto de construções simbólicas que, por um lado, invocam uma ligação do povo com o seu passado histórico – seus heróis, seus feitos, enfim com todo um processo de *pertencimento* à Nação. (ANDERSON, 1989). Por outro lado, essa releitura do passado, através de um empreendimento seletivo desse imaginário, precisa adequar-se a uma pluralidade de interesses e representações da contemporaneidade, na qual os sujeitos estão inseridos. Pluralidades e interesses que encontram nos documentos oficiais públicos, nas instâncias mais destacadas da sociedade civil e na grande mídia, seus principais representantes. Refletir sobre o lugar do negro nessa sua inserção ao nacional, em um documento que pretende ser uma diretriz para a educação nacional, implica não apenas perguntas como “quem somos?” e “de onde viemos?”, mas, principalmente, aquelas envolvendo “como nós temos sido representados?”, “quem nós podemos nos tornar?”. Ou seja, não somente o assim chamado retorno às raízes, “mas uma negociação com nossas rotas”. (HALL, 2000, p. 109).

Fazer o elogio da diferença por ela mesma, exaltando e ao mesmo tempo isolando os grupos, dificulta qualquer possibilidade de um planejamento curricular onde a identidade e a diferença possam ser vistas como uma produção historicamente constituída e, portanto, em constante processo de negociação/disputas.

Diante dessa idéia de identidade, calcada na *relação* de que nos fala Kuenzer, e a partir do documento ora analisado, já temos algumas pistas para as duas perguntas inicialmente feitas: Onde e de que forma se encontra o negro no perfil do nacional? e “O melhor do Brasil ‘ainda’ é o brasileiro?”

Na verdade, as duas questões parecem se complementar, na medida em que suas respostas, cada uma a seu modo, tendem para um não-lugar. O resgate e o elogio da diferença de *grupo*, ainda que altamente *biologizante*, parecem realmente integrar os negros a um universo *multi*, extremamente vasto, contudo preso a uma especificidade que parece pairar em uma insólita condição, cujo vínculo com o nacional se perde. Em outras palavras, afirma-se e valoriza-se a diferenciação daquilo que é inato e nega-se o processo de construção/reconstrução desse sujeito em sua *relação* com o *outro* e, conseqüentemente, com a própria História.

O negro foi valorizado e deve ser resgatado por ser elemento *doador* de sacrifícios para a Nação. Só que agora ele, antes de qualquer coisa, é um *grupo* e, como tal, possui diferenças que devem ser respeitadas, leia-se, distanciadas do eixo que um dia fez desses mesmos sujeitos elementos constitutivos do processo de formação da identidade nacional.

No segundo caso, a questão não é mais se “o melhor do Brasil é o brasileiro”, mas que tipo de brasileiro será esse, capaz de se colocar como o centro e a razão de ser da sociedade, como assim entendem e tratam seus cidadãos, os países *igualitários* e desenvolvidos. No nosso caso, talvez se trate daqueles que conseguem fazer valer a lei da igualdade a partir de outro tipo de diferença: a diferença do *cidadão consumidor*. Algo que ajuda a entender melhor uma campanha como a da ABA, mas que, junto com as diretrizes, mostra uma complexidade muito mais ampla do que a simples ressignificação do grupo negro como força consumidora.

Notas

¹ Sobre o deslocamento do Estado-Nação ante às novas identidades da contemporaneidade, ver HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, e ainda sobre o seu tensionamento na hegemonia dos meios de comunicação de massa, e em especial na América Latina, conferir BARBERO, M. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.

² Entende-se o conceito de raça assim como o de brancos e negros como referenciais historicamente datados/construídos, onde se opta pela não-utilização de tais expressões entre aspas, para evitar demasiadas marcações no texto. Sobre a discussão acadêmica em torno da questão de raça, vale a pena conferir sob os enfoques sociológico e antropológico, respectivamente: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002 e MAGGIE, Yvonne. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos; SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de

Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996. p. 225-234.

³ Para Canclini, “vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente se configuram no consumo, dependem daquilo que se possui ou daquilo que se pode chegar a possuir”. In: CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999. p. 39. Apesar de o posicionamento de Canclini ser adverso à lógica neoliberal, a atribuição dada por esse ao consumo, como parâmetro identitário, gera, em última análise, o risco de uma abordagem voltada para um excesso de sentidos no ato de se consumir, além de uma certa convergência com as máximas da soberania do consumidor e do livre-mercado, restringindo ainda a concepção de cidadania à arena do consumo. Uma análise crítica desse autor, bem como da chamada Escola dos Estudos Culturais, pode ser conferida em ESCOSTEGUY, Ana. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COGO, Denise. *Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil*. Colóquio Pan-Americano/Indústria Cultural e o Diálogo das Civilizações das Américas. Montréal, abr. 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARBERO, M. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.
- BHABHA, H. (Org.). *Narrating the nation*. Londres: Routledge, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CANCLINI, Nestor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999.
- DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de História: a diversidade como patrimônio sociocultural. In: ABREU, Martha (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- Home page: <http://www.aba.com.br>. Acesso em: 1º ago. 2004.
- KUENZER, Acácia. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago. 1999.
- MAGALHÃES, Marcelo. História e cidadania: por que ensinar História hoje? In: ABREU, Martha (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Parecer CNE/CP 003/2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.